



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2024.0000381895**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1008313-64.2023.8.26.0506, da Comarca de Ribeirão Preto, em que é apelante EDVAN MOREIRA DOS SANTOS, é apelado INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ FELIPE NOGUEIRA (Presidente) E ANTONIO TADEU OTTONI.

São Paulo, 2 de maio de 2024.

**JOÃO NEGRINI FILHO**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Apelação Cível nº 1008313-64.2023.8.26.0506**

**Apelante: Edvan Moreira dos Santos**

**Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

**Comarca: Ribeirão Preto – 6ª Vara Cível**

**Voto nº 34.414 - J.V.**

ACIDENTE DO TRABALHO – EVENTO “IN ITINERE”  
– COZINHEIRO – FRATURA DOS MEMBROS  
INFERIORES – LAUDO MÉDICO PERICIAL  
CONCLUSIVO – AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE  
LABORATIVA – BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO  
INDEVIDO.

Recurso do obreiro desprovido.

A ação foi julgada improcedente (fls.139/141).

Apela o obreiro alegando ter comprovado padecer de patologia que restringe sua capacidade de trabalho como cozinheiro. Menciona que o laudo pericial expressamente admite que após tratamento cirúrgico supracitado, cursou com sequela funcional grau leve em ambos os membros inferiores e que “*O exame do membro inferior à direita apontou força muscular e trofismo mantidos, mas à esquerda há sinais de hipotrofia da panturrilha esquerda e a marcha se apresenta levemente claudicante à direita e com pé desviado para fora*” (fl. 86), o que evidencia a presença de incapacidade laboral. Afirma que há entendimento do STJ estabelecendo ser devido o auxílio-acidente ainda que mínima a sequela. Cita o princípio do *in dubio pro misero*, e defende que, diante da contradição do laudo quanto a existência de incapacidade, o benefício de auxílio-acidente deve ser implantado em favor do apelante. Pede o acolhimento do seu recurso, com a reforma da r. Sentença; e a inversão dos honorários periciais e a sua majoração, em razão do recurso de apelação apresentado, nos ter o artigo 85 e demais pertinentes do CPC. (fls. 144/149).

O recurso não foi respondido (fl. 162).

**É o relatório.**

Alega o autor, cozinheiro, ter sofrido evento “in itinere” (acidente de trânsito envolvendo motocicleta) em 08.11.2008, resultando em fratura de diáfise da tíbia à esquerda, o que reduziu sua capacidade laborativa, conduzindo ao direito à percepção de benefício acidentário. O empregador emitiu a CAT (fls. 17/18) e a autarquia concedeu o auxílio-doença acidentário NB nº 91/533.398.885-0, cessado em 21.06.2009 (fl. 26).

Na avaliação médica designada (fls. 80/91), a *expert* constatou que o obreiro apresenta o seguinte quadro:

***"Membros Inferiores: Mobilidade dos quadris: preservada em ambos os membros.***

***Mobilidade dos joelhos e tornozelos/pés: preservada em ambos os membros.***

***Pé direito: cicatriz na região dorsal em torno de 07 com abaulamento local em regular estado (vide fotos abaixo).***

***Cicatrizes várias na face anterior da tíbia esquerda em regular estado (vide fotos abaixo) – presença de calo ósseo palpável na face anterior terço distal da tíbia esquerda.***

***Mobilidade mantida nos pontos articulares do joelho e tornozelo/pé bilateralmente.***

***Força muscular e trofismo mantidos à direita.***

***Hipotrofia da panturrilha esquerda.***

*Marcha: levemente claudicante à direita e com pé desviado para fora.*

*(...)*

### *III – DIAGNOSE*

*Fratura de Diáfise da Tibia à Esquerda – tratamento cirúrgico previamente instituído*

*Fratura do Pé (astrágalo/tálus) à Direita - tratamento cirúrgico previamente instituído*

### *IV – ESTUDO DO NEXO CAUSAL*

*O exame físico específico e objetivo revelou: o exame dos membros inferiores apontou à direita cicatriz na região dorsal em torno de 07 com abaulamento local em regular estado (vide fotos abaixo) decorrente do trauma ocorrido em 2008 e fratura dos 2º e 3º metatarsos que não confere prejuízo da mobilidade do tornozelo/pé homolateral*

*No restante do exame do membro inferior esquerdo constatou-se várias cicatrizes várias na face anterior da tibia esquerda em regular estado (vide fotos abaixo) em adição à presença de calo ósseo palpável na face anterior terço distal da tibia esquerda, mas a mobilidade está mantida nos pontos articulares relativos ao joelho e tornozelo/pé.*

*O exame do membro inferior à direita apontou força muscular e trofismo mantidos, mas à esquerda há sinais de hipotrofia da panturrilha esquerda e a marcha se apresenta levemente claudicante à direita e com pé desviado para fora." (fls. 84/86 - grifei).*

E concluiu que não há incapacidade laboral:

*“O caso em tela não se enquadra em incapacidade temporária e tampouco em incapacidade parcial e permanente (...)” (fl. 90).*

As partes tiveram ciência do laudo e o autor o impugnou (fls. 98/102), contudo, não vieram aos autos elementos técnicos que pudessem infirmar as conclusões periciais.

Com base na conclusão técnica, a MM. Juíza *a quo* decidiu pela improcedência da demanda.

E esta decisão não merece censura, pois a perícia médica expressamente afasta a existência de incapacidade laborativa, dada a mobilidade mantida nos pontos articulares relativos ao joelho e tornozelo/pé bilateralmente, o que inviabiliza o deferimento do pedido inicial, conduzindo à improcedência da ação.

Ainda, em que pese a *expert* ter relatado que há sequela funcional grau leve em ambos os membros inferiores, e que “(...) *há sinais de hipotrofia da panturrilha esquerda e a marcha se apresenta levemente claudicante à direita e com pé desviado para fora*” (fl. 86), tal quadro não reduz sua capacidade de trabalho, considerando as características das funções habitualmente exercidas, conforme a perita expressamente observou no laudo oficial. Nesse sentido, ponderou, inclusive, que o caso destes autos não se enquadra em necessidade de dispêndio de maior e permanente esforço:

*“Assim sendo, pode-se afirmar que o autor, após tratamento cirúrgico supracitado, cursou com sequela funcional grau leve em ambos os membros inferiores que não o impede de exercer a função laborativa exercida por ocasião do acidente de trabalho em questão e bem como continua apto a demais atividades afins de forma remunerada a terceiros*

*em conformidade com seu histórico profissional.*

**O caso em tela não se enquadra em necessidade de dispêndio de maior e permanente esforço.**” (fls. 88/89).

Neste ponto, cabe esclarecer que a legislação acidentária somente se presta à indenização por incapacidade constatada, tendo inclusive a jurisprudência se firmado no sentido de não ser indenizável lesão que não represente incapacidade ou que não traga consequência para o desempenho da atividade habitual do obreiro, como ocorre no caso em apreço.

Portanto, não há qualquer contradição no laudo oficial, restando evidente a ausência de incapacidade laboral.

Embora o magistrado não esteja adstrito à conclusão pericial, ela realmente merece ser prestigiada no caso em tela, pois o laudo encartado aos autos é claro, bem fundamentado e coerente, por isso deve ser acolhido como razão de decidir, não demandando a prova qualquer renovação ou complementação.

Enfim, para a concessão do benefício acidentário é de rigor a constatação do acidente ou o diagnóstico da doença, a caracterização do nexo causal com o trabalho e a efetiva incapacidade profissional. A ausência de qualquer destes requisitos inviabiliza o deferimento da reparação. No caso, não há incapacidade laborativa a ser indenizada, o que afasta a pretensão deduzida.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Pelo exposto, NEGA-SE PROVIMENTO ao recurso do autor.**

**JOÃO NEGRINI FILHO**  
**Relator**